
INTERVENÇÃO DO VICE-PRIMEIRO-MINISTRO
E MINISTRO DA DEFESA NACIONAL NA XXXI
ASSEMBLEIA DA ASSOCIAÇÃO DO TRATADO
DO ATLÂNTICO

Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete

SECRET

**INTERVENÇÃO DO VICE-PRIMEIRO-MINISTRO
E MINISTRO DA DEFESA NACIONAL NA XXXI ASSEMBLEIA
DA ASSOCIAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO**

1. Constituem objectivos prioritários da Associação do Tratado do Atlântico esclarecer o público sobre a razão de ser e a finalidade da NATO, reforçar a solidariedade entre os povos da região do Atlântico Norte, incentivar a investigação nos diversos domínios que interessam à cooperação do esforço da defesa no âmbito NATO.

Raros terão sido os momentos históricos em que surja mais aparente a necessidade da plena consecução daqueles objectivos como o tempo em que vivemos.

Quero, por isso mesmo, ao ter a honra de encerrar esta reunião do Porto da Associação do Tratado do Atlântico, aproveitar a oportunidade para afirmar o profundo empenhamento de Portugal na aliança defensiva que une e preserva a liberdade da Europa Ocidental, dos Estados Unidos e Canadá, face ao imperialismo soviético; desejo, do mesmo passo, equacionar alguns problemas que nos preocupam e que a solidariedade entre os países da NATO deve ajudar a resolver, sob pena desta se tornar retórica vazia.

2. Após a crise de Berlim, durante mais de três décadas, as questões de segurança foram relegadas pela opinião pública ocidental para plano secundário. O desenvolvimento económico e a realização do Estado de bem-estar constituíam os grandes temas de primeira página dos jornais. O primado do económico e o clima de desânuiamento faziam considerar a NATO uma organização um pouco fora de moda face ao dinamismo das Comunidades Europeias. A grande crispação nas relações Estados Unidos-União Soviética, a propósito de Cuba, foi demasiado rápida para alterar esta percepção dominante. As matérias de segurança permaneciam no foro restrito dos especialistas.

Houve, é certo, vários sinais que anunciavam tempos novos. Mas foi de súbito que se tomou consciência do desequilíbrio militar europeu e do enorme

risco que este significava para a liberdade e para a democracia. A inferioridade do Ocidente neste eventual teatro de guerra face aos efectivos e armamento convencional do Pacto de Varsóvia, e à sua capacidade nuclear, os desígnios de domínio que o contínuo incremento do poderio militar da União Soviética traduz, obrigaram a recordar, aos povos e a alguns homens públicos, que a defesa constitui sempre um dos vectores essenciais da política externa dos Estados soberanos.

A decisão da NATO, de 12 de Dezembro de 1979, de instalar, a partir de 1983, os «Pershing II» e os mísseis terrestres de cruzeiro, em cinco países da Aliança, fez que o problema do desequilíbrio de forças ultrapassasse o círculo restrito dos iniciados para se tornar numa das questões mais debatidas da vida política europeia.

A deliberação da NATO não pretendia alcançar uma paridade entre as armas de teatro na Europa mas, apenas, prosseguir a sua estratégia tradicional de manter a credibilidade dissuasora de escalada controlada. Apesar disso, a reacção soviética foi tão imediata e brutal, pelos canais diplomáticos e pela informação, que poucas dúvidas poderiam subsistir sobre o carácter absolutamente vital do que se discutia.

As manifestações pacifistas que então passaram a orquestrar-se nos países do Ocidente revelaram a necessidade de esclarecer mais amplamente os cidadãos de recta intenção sobre o que estava em jogo; como noutra ocasião referi, é a resistência moral que distingue o homem livre do espírito servil. A paz é um bem precioso que cabe preservar. Mas a não guerra, conseguida pelo sacrifício da liberdade, além de ser ilusão momentânea, não tem dignidade moral nem justifica a vida.

O que impressiona nos pacifistas puros de coração — isto é, nos que não acobertam sob a bandeira do pacifismo lealdade a países totalitários — é precisamente a sua cegueira ao valor ético da liberdade das pessoas e a submissão dócil ao estatuto de súbdito de um poder absoluto.

Uma nação de pacifistas está vocacionada para a perda da independência e para a subordinação a potências imperialistas. Os portugueses amam a paz, mas querem ser independentes e livres. Estão, por isso, dispostos a aceitar os sacrifícios que tal atitude impõe, desde que apropriados à dimensão do País, seja em gastos com a defesa, seja em prestações pessoais de serviço militar. Por isso, também após o 25 de Abril, em sucessivas eleições, os grandes partidos que defendem a participação de Portugal na NATO, o

Partido Socialista, o Partido Social Democrata e o Centro Democrático Social, obtiveram sempre, em conjunto, uma esmagadora maioria.

País fundador da Aliança, cónscio do que ela representa em termos de defesa da liberdade, Portugal quer continuar a ser um dos seus membros activos e contribuir para o seu reforço e coesão.

3. Pretende-se que a participação de Portugal na Aliança seja activa; não queremos limitarmo-nos a apenas conceder certas facilidades e bases para aproveitar posições estratégicas nacionais. A soberania nacional e a concepção da Aliança como um «Partnership of equals» impõe-nos que detenhamos uma capacidade autónoma de defesa do triângulo estratégico português, embora integrado no dispositivo militar da NATO, e que haja a participação de forças nacionais em posições avançadas no eventual teatro de operações no flanco Sul.

A relevância do triângulo estratégico no reforço rápido da Europa não necessita de ser enaltecida. Mas será conveniente notar que, se a necessidade de assegurar a defesa desse posicionamento pelo lado português requer um aumento dos nossos meios militares, sobretudo navais e aéreos, a própria estrutura do IBERLANT terá de ser revista, de modo a integrar o triângulo num comando unitário.

Na verdade, na perspectiva estratégica portuguesa, não se compreende que os Açores, um dos vértices do triângulo estratégico, não estejam dependentes do CINCIBERLANT. A modificação atempada desta anomalia permitirá uma melhor adequação de esforços de defesa a desenvolver por Portugal no seio da NATO e prevenir dificuldades futuras.

4. A NATO constitui uma Aliança defensiva de países soberanos. A solidariedade deve traduzir-se num esforço para reduzir as desigualdades económicas entre eles existentes e servir para ajudar os países com menos possibilidades no esforço de modernização e de equipamento das suas Forças Armadas. Mas as condições de participação e de funcionamento das diversas comissões da NATO em matéria de armamento e investigação, apesar de boas intenções, têm, de facto, favorecido quem é mais evoluído tecnologicamente ou é mais desenvolvido economicamente. O meu País está interessado em incrementar a sua participação na vida da Organização, mas torna-se necessário que o espírito de solidariedade e entreajuda, definido no campo dos

princípios, penetre todos os esquemas e estruturas da NATO. As ameaças e os novos desafios que se põem ao Ocidente requerem o esforço de todos. É, porém, necessário que sejam dadas reais oportunidades a cada um dos membros da Aliança segundo as suas próprias características, de modo a consolidar a coesão e a evitar que se criem ou aumentem desigualdades.

5. A importância estratégica do triângulo português e do contributo que o nosso país deva dar à defesa da Europa, designadamente no seu flanco Sul e na protecção do seu reforço rápido em caso de agressão, aliado à carência notória dos nossos recursos económicos para concretizar todos os programas necessários ao cumprimento cabal das missões que nos cumpre realizar, conduziu a Aliança ao reconhecimento da necessidade de auxílio militar a Portugal. Foi assim que, juntamente com a Grécia e a Turquia, constituímos um grupo «ad-hoc» destinatário desse auxílio. Desde 1981, porém, a ajuda militar ao nosso país tem sido feita apenas em contrapartida de facilidades dadas no território nacional aos Estados Unidos e à República Federal da Alemanha, pelo que legitimamente nos interrogamos sobre a conveniência de permanecer num grupo que, quanto a Portugal, tem apenas permitido declarações de intenção sem quaisquer consequências práticas; também aqui importa que as manifestações de boa vontade se concretizem nos factos.

6. Podemos, por forma sintética, enunciar as necessidades mínimas de reequipamento militar das Forças Armadas Portuguesas, no curto prazo, nos seguintes termos:

- a) Construção de 3 novas fragatas de tipo adequado à luta anti-submarina, de que se espera em breve poder fazer a respectiva encomenda, uma vez que se encontrem resolvidos os problemas do seu financiamento;
- b) Completar o equipamento da 1.^a Brigada Mista Independente, em especial com meios antiaéreos e de vigilância do campo de batalha;
- c) Completar e modernizar o equipamento das restantes unidades do sistema de forças terrestres tendo em vista a defesa terrestre do território nacional (continente e regiões autónomas);
- d) Equipar uma Brigada Ligeira Aerotransportada;

- e) Aquisição de aparelhos de patrulha marítima (MPA) e completamento da esquadra de aviões de transporte;
- f) Aquisição de aparelhos de caça de defesa aérea.

Todos estes objectivos dependem da existência da ajuda externa e de acordos bilaterais.

A satisfação destas metas mínimas depende de um esforço financeiro apreciável por parte do Estado Português e da ajuda externa dos países da NATO. Até agora, a ajuda externa tem sido realizada apenas como contrapartida sinalagmática de acordos bilaterais, como já dissemos. A ajuda externa de que precisamos, tendo em conta as finalidades da Aliança, todavia não deve estar limitada ao equilíbrio de interesses resultantes das facilidades militares concedidas por Portugal.

7. Tão importantes como o reequipamento das Forças Armadas são o incentivo à investigação tecnológica em matéria de defesa e o desenvolvimento da respectiva indústria.

A informação científica desempenha um papel chave na inovação tecnológica e consequentemente no crescimento económico. A recessão ao nível mundial resulta mais, como é sabido, da inflação e da desaceleração ou mesmo do declínio da produtividade das indústrias tradicionais do que do aumento brusco do custo do petróleo ocorrido em 1973. Por isso mesmo, as novas tecnologias, necessárias à introdução de modificações estruturais no tecido industrial, constituem um factor fundamental no combate à crise económica. A investigação aplicada é primeiro que tudo investigação, podendo os conhecimentos obtidos fluir por todo o campo industrial, independentemente de se averiguar se o estímulo que a provocou foi motivado por razões civis ou militares.

A programação militar, pela sua determinação e pela formulação precisa dos problemas a resolver, constitui, quantas vezes, o factor decisivo de muitos dos mais importantes progressos científicos e tecnológicos recentemente registados.

Portugal tem de dar um salto qualitativo em frente de modo a reorganizar e modernizar o seu aparelho produtivo e a vencer o desafio posto pela integração europeia. Com esse propósito, o Governo entendeu dever aproveitar as oportunidades oferecidas pelo Projecto Eureka e aceitar participar na fase de investigação da Iniciativa Estratégica de Defesa. Mas julgo que os sectores

de pesquisa da NATO devem, também, proporcionar avanços significativos na tecnologia das nossas indústrias de defesa, indústrias que têm de desempenhar um papel muito importante na renovação tecnológica do País.

A cooperação na área das indústrias de defesa não deve limitar-se assim à simples colocação de algumas encomendas, mas terá de estender-se às transferências de tecnologia e aos investimentos conjuntos em novos projectos.

A vontade firme que temos de progredir impõe-nos que as oportunidades de cooperação tecnológica e industrial, que nos sejam propostas, passem a constituir um dos critérios decisivos de apreciação da real vontade com que se desenvolve a solidariedade no seio da Aliança.

Minhas senhoras e meus senhores:

A breve resenha que fiz dos problemas de cuja resolução depende, na perspectiva do Governo Português, o incremento da nossa participação e o reforço necessário da coesão da Aliança, não devem levar-nos a uma atitude de descrença ou de cepticismo. É perante as dificuldades dos desafios a vencer que se mede a têmpera dos homens. A Aliança Atlântica, pelo seu objectivo de defesa da liberdade e da democracia, justifica o empenhamento e o esforço acrescidos indispensáveis ao cabal cumprimento da sua missão.

Estão em risco, afinal, a preservação da paz, a garantia da soberania dos Estados e do pluralismo dos nossos regimes políticos, e a salvaguarda dos direitos do Homem, em suma, os valores fundamentais da nossa civilização e do nosso modo de ser. O êxito da Aliança é, assim, uma questão essencial que têm de sobrelevar a egoísmos nacionais particularistas.

Fazê-lo sentir à opinião pública dos respectivos Estados constitui a mais nobre tarefa da Associação do Tratado do Atlântico. Formulo um ardente voto pelo êxito da vossa missão.

Porto, 20 de Setembro de 1985.

Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete

Ministro da Defesa Nacional